

Psicanálise Mítica do Destino Português

In: *O Labirinto da Saudade*, por **Eduardo Lourenço**

As nações, com a responsabilidade histórica da gente portuguesa, não podem imobilizar-se extaticamente, nem devem iludir-se infantilmente; têm que desentranhar sucessivamente da massa das suas tradições e aspirações um ideal coerente com a conjuntura histórica, que exprima e defina o seu estar mudável em concordância com o seu ser permanente.

Joaquim de Carvalho

- *Compleição do Patriotismo Português* (1953)

Casos, opiniões, natura e uso
Fazem que nos pareça esta vida
Que não há nela mais que o que parece.

Camões

Se a História, no sentido restrito de conhecimento do historiável, é o horizonte próprio onde melhor se apercebe o que é ou não é a realidade nacional, a mais sumária autópsia da nossa historiografia revela o irrealismo prodigioso da imagem que os Portugueses se fazem de si mesmos. Não nos referimos às simples deformações de carácter subjetivo ou de natureza ideológica, não só por serem inevitáveis, como por não arrastar com elas uma fatal transfiguração no sentido desse irrealismo. O que visamos é mais largo e profundo, pois afeta na raiz a possibilidade mesma de nos compreendermos enquanto realidade histórica. Em lugar da autognose de uma realidade movente mas perfeitamente definida à qual nos referimos com o nome “Portugal”, nós historiamos um ser perdido de antemão e que milagre algum de dialética poderá reencontrar ao fim de uma análise que começou sem ele. As «Histórias de Portugal», todas, se excetuarmos o limitado mas radical e grandioso trabalho de Herculano, são modelos de “robinsonadas”: contam as aventuras celestes de um herói isolado num universo previamente deserto. Tudo se passa como se não tivéssemos interlocutor. (E esta famosa forma mentis reflete-se na nossa criação literária, toda encharcada de monólogos, o que explica, ao mesmo tempo, a nossa antiga carência de fundo em matéria teatral e romanesca.) Esta situação não pode ser objeto de uma simples referência de passagem. Reflete a estrutura de um comportamento nacional que a obra dos historiadores apenas generaliza e amplia. O que é necessário é uma autêntica “psicanálise do nosso comportamento global”, um exame sem complacências que

nos devolva ao nosso ser profundo ou para ele nos encaminhe ao arrancar-nos as máscaras que nós confundimos com o rosto verdadeiro.

Na verdade nada falta no cenário para que o símile da cura psicanalítica se justifique. O nosso surgimento como Estado foi do tipo traumático e desse traumatismo nunca na verdade nos levantámos até à plena assumption da maturidade histórica prometida pelos céus e pelos séculos a esse rebento incrivelmente frágil para ter podido aparecer, e misteriosamente forte para ousar subsistir. (Talvez não seja por acaso que os mitos historiográficos ligados ao nascimento de Portugal tenham um perfil tão freudiano com sacrilégios maternos e palavra quebrada, Teresa e Egas Moniz...). A mistura fascinante de fanfarronice e humildade, de imprevidência moura e confiança sebastianista, de inconsciência alegre e negro presságio, que constitui o fundo do carácter português, está ligada a esse ato sem história que é para tudo quanto nasce o tempo do seu nascimento. Através de mitologias diversas, de historiadores ou poetas, esse ato sempre apareceu, e com razão, como da ordem do injustificável, do incrível, do milagroso, ou num resumo de tudo isso, do providencial. É de uma lucidez e de uma sabedoria mais fundas que a de todas as explicações positivistas, esse sentimento que o português teve sempre de se crer garantido no seu ser nacional mais do que por simples habilidade e astúcia humana, por um poder outro, mais alto, qualquer coisa como a mão de Deus. Esta leitura popular do nosso destino coletivo exprime bem a relação histórica efetiva que mantemos connosco mesmos enquanto entidade nacional. Nela se reflete a consciência de uma congénita fraqueza e a convicção mágica de uma proteção absoluta que subtrai essa fragilidade às oscilações lamentáveis de todo o projeto humano sem a flecha da esperança a orientá-lo. Esta conjunção de um complexo de inferioridade e superioridade nunca foi despoletada como conviria ao longo da nossa vida histórica e, por isso, misteriosamente nos corrói como raiz que é da relação irrealista que mantemos connosco mesmos.

Segundo as contingências da situação internacional ou mundial, aparece ao de cima um ou outro complexo, mas com mais constância os dois ao mesmo tempo, imagem inversa um do outro. É por de mais claro que ambos cumprem uma única função: a de esconder de nós mesmos a nossa autêntica situação de ser histórico em estado de intrínseca fragilidade. Não fomos, nós somos uma pequena nação que desde a hora do nascimento se recusou a sê-lo sem jamais se poder convencer que se transformara em grande nação. Contudo, se excetuarmos talvez a Macedónia e Roma, poucas vezes um povo partindo de tão pouco alcançou (embora sob uma forma desorbitada fatora de nova consciência de impotência mascarada de poderio) um direito tão claro a ser tido por grande. Acontece,

todavia, que mesmo na hora solar da nossa afirmação histórica, essa grandeza era, concretamente, uma ficção. Nós éramos grandes, dessa grandeza que os outros percebem de fora e por isso integra ou representa a mais vasta consciência da aventura humana, mas éramos grandes longe, fora de nós, no Oriente de sonho ou num Ocidente impensado ainda.

A Europa via-nos mais (como dignos de ser vistos) que nos veria depois, mas via-nos menos do que se via a si mesma entretida nas celebrações sumptuosas ou fúnebres de querelas de família com que liquidava o feudalismo e gerava o mundo moderno (capitalismo, protestantismo, ciência). À hora exata da nossa glória excessiva, o espanhol, enfim unido, começava a levantar a sua sombra imensa, ao mesmo tempo sobre a nossa aventura e a imagem dela no tempo europeu, até assumir em nosso nome tanto uma como outra. Colombo colhendo num lance de dados sem igual os louros próximos do Gama. Os Lusíadas recebem uma luz espectral e fulgurante quando lidos no contexto de uma grandeza que subterraneamente se sabe uma ficção ou, se se prefere, de uma ficção que se sabe desmedida mas precisa de ser clamada à face do mundo menos para que a oiçam do que para acreditar em si mesma.

Da nossa intrínseca e gloriosa ficção Os Lusíadas são a ficção. Da nossa sonâmbula e trágica grandeza de um dia de cinquenta anos, ferida e corroída pela morte próxima, o poema é o eco sumptuoso e triste. Já se viu um poema épico assim tão triste, tão heroicamente triste ou tristemente heroico, simultaneamente sinfonia e requiem? O livro singular é o lençol de púrpura dos nossos deuses (heróis) mortos. Mas à hora nona, o nosso cadáver era já daqueles que Nietzsche diria prometido a todas as ressurreições. O primeiro traumatismo fora superado por três séculos de pé no redemoinho peninsular e século e meio de equilíbrio sobre “o mar português”. Antes da noite o poema recolhe a nossa primeira e eterna figura que acaso, sem ele, houvesse perdido a chave e a vontade da sua ressurreição.

Sessenta anos em contacto direto (e na economia invisível da história porventura frutuoso) com o interlocutor imediato de um viver que foi e é sempre múltiplo diálogo mas que nós teimamos em contemplar como solilóquio, permitiram, enfim, que nos descobríssemos às avessas, que sentíssemos na carne que éramos (também) um povo naturalmente destinado à subalternidade. Esta experiência constitui um segundo traumatismo, de consequências mais trágicas que o primeiro. E disto, os nossos historiadores não cuidaram. Só Oliveira Martins, de quem se diz tão mal, mas a quem ninguém substituiu (o que se chama

substituir), pois fora da sua não há História de Portugal como remediação global do destino e devir coletivos, mas meras mantas de retalhos falsamente unidas por falsos fios de opostas ideologias, anteviu qualquer coisa nesse sentido. Os sessenta anos que, absurdamente, perpetuando o velho jogo de avestruz que jogamos com a nossa alma, nós arredámos da consideração séria da História, não são esse vácuo que os falsos patriotas gostavam que tivesse sido, mas também não são a mera continuação do nosso devir nacional. Historiograficamente, esta hipótese tem a seu favor o simples bom-senso e a realidade documental de um viver sem descontinuidade, bem pouco resistente até, como uma idealística visão do nosso passado se apraz em imaginar. O problema da independência nacional não tinha então o perfil que a historiografia romântica e nacionalista lhe atribuirá. Hoje, todos os escritores que nós celebramos dentro desses sessenta anos filipinos seriam, pura e simplesmente, colaboracionistas. A verdade é que não há na sua atividade literária sombra de má consciência. A vinculação política fazia-se em relação ao Estado (a Coroa) que tinha o seu domínio próprio, hierárquico e administrativo, mas não cultural; a vinculação orgânica fazia-se em relação à Pátria que não é ainda Nação, mas terra comum, gente comum que a vicissitude política não altera. Faria e Sousa celebra em castelhano as glórias lusitanas, sem ver nisso contradição alguma, e o que é mais importante, sem que os espanhóis com elas se apoquentem. Na classe dirigente há uma oscilação de fundo entre o vínculo natal e os deveres de Estado, cujo estatuto político lhes parece normal.

É nas camadas populares ou nos que estão mais próximos delas, que o vínculo imediato ao ser racional resiste, mesmo inconscientemente, à coexistência superficialmente pacífica de espanhóis e portugueses. Elas que têm o largo hábito do desamparo curtem segunda experiência de desamparados de rei próximo e aos poucos forjam uma relação diferente com a totalidade do ser racional. Nesses sessenta anos o nosso ser profundo mudou de sinal. Como portugueses esperámos do milagre, no sentido mais realista da palavra, aquilo que, razoavelmente, não podia ser obtido por força humana. A morte do Padre Malagrida, um Vieira sem génio nem sorte, pôs termo (ou interrompeu) esse ciclo de sebastianismo ativo que representou, ao mesmo tempo, o máximo de existência irrealista que nos foi dado viver; e o máximo de coincidência com o nosso ser profundo, pois esse sebastianismo representa a consciência delirada de uma fraqueza nacional, de uma carência, e essa carência é real.

Das duas componentes originais da nossa existência histórica - desafio triunfante e dificuldade de assumir tranquilamente esse triunfo - aprofundámos então, sobretudo, a nossa “dificuldade de ser”, como diria Fontenelle, a histórica

dificuldade de subsistir com plenitude política. Tornou-se então claro que a consciência nacional (nos que a podiam ter) que a nossa razão de ser, a raiz de toda a esperança, era o termos sido. E dessa ex-vida são Os Lusíadas a prova do fogo. O viver nacional que fora quase sempre viver sobressaltado, inquieto, mas confiado e confiante na sua estrela, fiando a sua teia da força do presente, orienta-se nessa época para um futuro de antemão utópico pela mediação primordial, obsessiva, do passado. Descontentes com o presente, mortos como existência nacional imediata, nós começámos a sonhar simultaneamente o futuro e o passado. Nunca se meditou a sério em atos tão significativos como os da invenção de falsos documentos pelos monges de Alcobaça para provar a nossa existência legal no passado, assim como, já depois da ressurreição, no labor incrível dos nossos juristas para justificar o nosso direito a um lugar ao sol entre os povos livres. Nós vivemos então um drama digno do Henrique IV de Pirandello. É difícil conceber que a confusão entre o real e o sonho possa ir mais longe do que o foi na cabeça do António Vieira das alegações diante do Santo Ofício, mistura única de lucidez delirante e delírio divino. Nele se operou como em ninguém mais a conversão da nossa longa ansiedade pelo destino pátrio em exaltada aleluia, a transfiguração do simples cantar de amigo com que nos embalámos no alvorecer inquieto, em cantata sublime ao Quinto Império.

Assim liquidámos, no imaginário e em termos magníficos, o segundo traumatismo, numa barroca inversão que vale bem outras futuras, postas na conta larga e humanística de nossa-senhora-da-dialética. De cativos, a senhores de sonho do mundo, de humilhados e ofendidos da História, a eleitos, servidos pelos outros, paranoica mas generosa visão, paralela à que o mesmo Vieira prometia no céu aos escravos sem redenção do mundo, de humilhados e ofendidos da História, a eleitos, servidos pelos outros, paranoica mas generosa visão, paralela à que o mesmo Vieira prometia no céu aos escravos sem redenção terrestre dos engenhos e fazendas do Brasil, é que Pombal pensou libertar-nos por um europeísmo à Pedro da Rússia, que não convenceu os nossos boiardos locais, analfabetos, glutões e preguiçosos, como William Beckford os virá encontrar. Cada período de forçado dinamismo tem sido seguido sempre do que, em linguagem freudiana, se chamaria o regresso do recalado.

Os começos do século XIX, momento em que o raio da História nos caiu em casa, na sossegada e sonambúlica casa portuguesa, farão desse processo uma estrutura que se manifesta sem falhas há cento e oitenta anos. Em nenhum tempo do seu percurso a existência nacional foi vivida em termos tão esquizofrénicos como no século XIX. No centro desse percurso está simbolicamente o «ninguém» do Frei Luís de Sousa e na dramática e quotidiana realidade, um país pela primeira vez posto na balança da Europa que era ao mesmo tempo a dos seus interesses e

das suas ideologias, tapete de guerra civil ou monarquia a salvar com invasão de estrangeiros. Aberto com a fuga o Brasil, o século liberal termina com a liquidação física, se não moral, de uma monarquia a quem se fazia pagar, sobretudo, uma fragilidade nacional que era obra da nação inteira.

O século XIX foi o século em que pela primeira vez os portugueses (alguns) puseram em causa, sob todos os planos, a sua imagem de povo com vocação autónoma tanto no ponto de vista político como cultural. Que tivéssemos merecido ser um povo, e povo com lugar no tablado universal, não se discutia. Interrogávamo-nos apenas pela boca de Antero e de parte da sua geração, para saber se éramos ainda viáveis, dada a, para eles, ofuscante decadência. Curiosamente, o exame de consciência parricida tentado ao cser nacional tinha lugar na altura mesma em que Portugal se religava, com al um êxito, a essa Europa, exemplo de civilização, cuja comparação connosco nos mergulhava em transe de melancolia cívica e cultural, tais como a obra de Eça os exemplificará para o nosso sempre. Nem Herculano, nem Garrett haviam sentido assim a decadência que também não lhes fora estranha. Entre a juventude de ambos e a da geração de Antero há a revolução industrial e a não menos prodigiosa revolução cultural do século XIX de que receberemos reflexos ou restos não desprezíveis (o criticismo patriótico da geração de Setenta faz parte deles) e com eles a consciência, por assim dizer física, do que nos separava da maiusculada e então orgiástica Civilização. Começou então a doer-nos não o estado de Portugal, as suas desgraças ou catástrofes políticas, mas a existência portuguesa, pressentida, descrita, glosada, como existência diminuída, arremedo grosseiro da existência civilizada, dinâmica, objeto de sarcasmos e ironias, filhos do amor desiludido que se lhe votava. Para fugir a essa imagem reles de si mesmo («choldra», «piolheira») Portugal descobre a África, cobre a sua nudez caseira com uma nova pele que não será apenas imperial mas imperialista, em pleno auge dos imperialismos de outro gabarito. A tentativa de recriar uma alma à século XVI não foi longe: um excesso de lógica nas suas ambições, legítimas mas incómodas, ministraria ao mundo europeu a prova absoluta da nossa absoluta subalternidade. O Ultimatum não foi apenas uma peripécia particularmente escandalosa das contradições do imperialismo europeu, foi o traumatismo-resumo de um século de existência nacional traumatizada.

Podia imaginar-se que confrontados com tão dura lição viéssemos a reconsiderar um estado de abatimento e um comportamento de fuga complementar dele. Passado o momento da aflição patriótica, percorrido até ao absurdo o labirinto sem saída da nossa impotência, voltámos à costumada e agora voluntária e irrealística pose de nos considerarmos, por provincianice incurável ou

despeito infantil, uma espécie de nação idílica sem igual. O fim do século XIX, por reação ao criticismo devastador e impotente da década de Setenta, mas também como resposta à agressão do monstro civilizado (Inglaterra) verá eclodir a mais nefasta flor do amor pátrio, a do misticismo nacionalista, fuga estelar a um encontro com a nossa autêntica realidade, mas, ao mesmo tempo, expressão profunda sob a sua forma invertida, de uma carência absoluta que é necessário compensar desse modo. O Saudosismo será, mais tarde, a tradução poético-ideológica desse nacionalismo místico, tradução genial que representa a mais profunda e sublime metamorfose da nossa realidade vivida e concebida como irreal. Mas nesse final de século a própria ideologia republicana se alimentou do ultranacionalismo da impotência gerado pelo Ultimatum. A república, conjunto de proposições políticas de subversivo teor ideológico mas de reduzido âmbito social, aparece então como a forma de apropriação de um destino coletivo confiscado, como então se escrevia, pela casa de Bragança, a monarquia liberal onde se enxertara também a pouco dinâmica burguesia nacional (e internacional).

Poucos períodos da nossa História foram tão patrióticos como aquele que a República inaugurou. O “patriotismo” fora a sua arma ideológica antes do triunfo, seria a sua justificação permanente após 1910, como se pela segunda vez (a primeira fora em 1820) os Portugueses tivessem uma Pátria, aquela mesma que em música e palavras se definira na Portuguesa, como «heróis do mar, nobre povo, nação valente». O famoso “idealismo” da República foi sobretudo patriotismo, este patriotismo como voluntária exaltação da entidade nacional regenerada pela supressão dos seus maus pastores e restituída ao povo, que Guerra Junqueiro, à sombra do último Oliveira Martins, converteu em criança heroica, penhor da ressurreição coletiva. Escusado será dizer que uma vez mais «este patriotismo» mascarava, com muito mais intensidade, a consciência sempre viva de uma «desvalia nacional» que o espetáculo político do parlamentarismo demagógico só podia confirmar. A cobertura ideológica de “vanguarda” escondia mal o mesmo país «cauda da Europa», escoando-se nas suas obras vivas para Brasis, Argentinas, e Áfricas e incapaz de remediar em casa males de fundo que nenhum demagogismo liberal podia concertar. E assim tocámos o que o regime posterior chamaria «o fundo do abismo», para justificar os processos com que, de intenção confessada, quis libertar-nos dele. Processos drásticos, regresso maciço da antiga e indiscutível autoridade majestática do Estado, mas sob a forma violenta do totalitarismo, pois sem ele não era possível recusar em bloco a herança de cento e poucos anos de «tradição liberal». Era esse o preço a pagar para reajustar o País a si mesmo? Esse foi o desígnio e a pretensão do Estado Novo, curiosa mistura, em seus começos, de inegável sucesso, de arcaísmo e vanguardismo.

O patriotismo jacobino volve-se nacionalismo, forma de exaltação da realidade nacional, não ao serviço do suspeito povo de tradição rousseanista, mas de a Nação como totalidade orgânica, pessoa histórica, dotada de direitos e deveres enquanto tal. A modernidade da reformulação é inegável, como inegável é a sua sintonia com uma metamorfose do capitalismo ocidental que está então após 1914 em vias de ultrapassar a sua fase ascendente e selvagem, em termos de puro liberalismo, para aquela que a crise de 1929 tornará imperativa. O papel impossível que em países de capitalismo subalterno como o nosso as grandes empresas não podem assumir sós, será assumida por «a Nação», quer dizer, o Estado salazarista como elemento protetor, e em parte dinâmico, da nossa incipiente indústria. A resposta de Salazar, resposta ideológica e técnica a um liberalismo incapaz de fazer funcionar o próprio sistema, continha elementos próprios para lhe assegurar longa vida. Não era, não foi a resposta, mas colocou o acento dela no campo onde devia e tinha de ser dada: o campo social. Por mais escandalosa que a fórmula pareça, o corporativismo foi já uma forma «Socializante», mas de um socialismo envergonhado e contraditório cuja coerência histórica orgânica inegável funcionava para tornar viável o inviável capitalismo caseiro.

Concretamente, o salazarismo foi o preço forte que uma nação agrária desfasada do sistema ocidental a que pertence teve de pagar para ascender ao nível de nação em vias de industrialização. Desse processo e como coroamento dele, constituirá a emigração em massa dos nossos aldeões a simbólica e dura expressão final. O nacionalismo orgânico do antigo regime favoreceu a objetiva desnacionalização de milhares de portugueses. Em compensação, teria contribuído para colmatar, melhor que a ideologia patriótica do liberalismo, o abismo persistente entre a nossa autêntica realidade e a imagem hipertrofiada com que sempre temos vivido a nossa vida imaginária? Houve no salazarismo concreto (e na sua ideologia expressa nos «Discursos do universitário assaz racionalista que foi Salazar») uma tentativa para adaptar o país à sua natural e evidente modéstia. Todavia a glosa do relativo sucesso dessa tentativa é que não foi nada modesta e breve redundou na fabricação sistemática e cara de uma lusitanidade exemplar, cobrindo o presente e o passado escolhido em função da sua mitologia arcaica e reacionária que aos poucos substituiu a imagem mais ou menos adaptada ao País real dos começos do Estado Novo por uma ficção ideológica, sociológica e cultural mais irrealista ainda que a proposta pela ideologia republicana, por ser ficção oficial, imagem sem controlo nem contradição possível de um país sem problemas, oásis da paz, exemplo das nações, arquétipo da solução ideal que conciliava o capital e o trabalho, a ordem e a autoridade com um desenvolvimento harmonioso

da sociedade. Esse otimismo de encomenda teve nas famigeradas «notas do dia» o seu evangelho radiofónico. Não vivíamos num país real, mas numa Disneylandia qualquer, sem escândalos, nem suicídios, nem verdadeiros problemas. O sistema chegou a uma tal perfeição na matéria que não parecia possível contrapor uma outra imagem de nós mesmos àquela que o regime tão impune mas tão habilmente propunha sem que essa imagem-curta (não apenas ideológica, mas cultural) aparecesse como uma sacrílega contestação da verdade portuguesa por ele restituída à sua essência e esplendor. Não se percebeu nada do espírito do antigo regime e do seu êxito histórico quando não se vê até que ponto ele foi a mais grandiosa e sistemática exploração do fervor nacionalista de um povo que precisa dele como de pão para a boca em virtude da distância objetiva que separa a sua mitologia da antiga nação gloriosa da sua diminuída realidade presente. O Estado Novo voltou contra o sistema democrático um patriotismo que não soubera traduzir nos factos nenhuma das promessas que o haviam justificado nos finais do século XIX.

Sob tão sólida penha o Estado Novo, mesmo cada dia mais envelhecido, podia durar indefinidamente. A mentira orgânica que a sua impossível consubstanciação orgânica com «a Nação» - por mais formal que realmente orgânica - representava junto da parte mais politizada do povo português, poder-se-ia ter prolongado, menos pela sua própria capacidade do que pelo vazio quase absoluto da ideologia liberal sobrevivente. E na verdade em face desse obstáculo, balizado com o nome ainda mágico da Democracia, o antigo regime foi capaz durante mais de trinta anos de resistir vitoriosamente. Essa resistência foi-lhe tanto mais fácil quanto era certo que o ferro de lança da Democracia, que na sombra, ou de quatro em quatro anos à luz de um arremedo de dia eleitoral a defendia, era um partido que não possuía desse ideal nem da prática democráticas tradicionais, nenhuma lembrança fervorosa ou projeto digno de crédito. Os fins dos anos 30, começos dos anos 40, veriam em Portugal uma mutação que por confinado ou claro destino deslocou, como até então ideologia alguma o conseguira, o eixo sobre o qual repousaram até aí todas as figuras da relação entre os portugueses e Portugal. Pela primeira vez o sentimento patriótico característico da política moderna sob o signo português era desmascarado, na teoria e na prática, e subordinado a uma conceção revolucionária da História que transfere para a luta de classes o segredo do seu dinamismo, fiando da sua abolição o ajustamento efetivo do indivíduo ao povo a que pertence enquanto sociedade revolucionária pela supressão vitoriosa da classe dominante que até então confundira como seus os interesses coletivos. Ideologia da fração militante da classe operária, mas mais ainda ideologia dominante de uma fração cada vez mais vasta da pequena e média

burguesia intelectual, o marxismo, na sua aparência imediata, no seu vocabulário, nos seus mitos mais atuantes, não deixava grande margem para uma identificação sentimental com o nacionalismo sob nenhuma das suas formas.

O triunfo «nacionalista», de Franco, o lusitanismo agressivo dos ideólogos mais ativos do regime de Salazar, souberam utilizar com inegável habilidade o recurso à mitologia patriótico-clerical mais estafada mas não de todo exausta, opondo ao «internacionalismo» marxista uma resistência de todos os instantes. Mas, pouco a pouco, esse «internacionalismo» marxista que era na prática militante cultural sobretudo um reflexo quase automático de alinhamento ou exaltação das conquistas da revolução soviética na sua versão mais apologética, nacionaliza-se por seu turno, transforma-se em populismo graças a obras (romances ou poemas) em que uma imagem mais convincente do povo português cumpre uma assimilação discutida mas inegável dos poderes desse «patriotismo» vigente apenas sob a máscara e mitos de uma visão burguesa particularmente vulnerável e já em causa desde o tempo de Eça de Queirós. Tal foi o papel histórico considerável do movimento «neorrealista», cuja história cultural e ideológica, na sua complexidade, está por fazer, mas sem o qual a nossa futura e atual relação de portugueses com Portugal é simplesmente incompreensível. É sob o seu império ou na sua movência que se cria em relação à clássica imagem de Portugal como país cristão, harmonioso, paternal e salazarista, suave, guarda-avançada da civilização ocidental antimarxista, uma outra-imagem que não é exatamente uma contraimagem, mas uma complexa distorção desse protótipo que nalguns aspetos se apresenta como o pólo oposto dela (sobretudo pela «ocultação» do carácter repressivo de índole cristã). Na realidade, a oposição ideológico-cultural ao antigo regime não se apresentou nunca (salvo no estilo plano de uma luta de expressão clandestina) como obviamente marxista nem assim apareceu aos olhos públicos, salvo aos de algum «argus» mais vigilante no campo dos diversos meios de comunicação de massa.

É o carácter obscurantista, a prepotência de classe ou a glosa romanesca da multiforme miséria do povo português que servem de alvo ou justificam uma lenta mas implacável erosão do espírito burguês provincial do salazarismo, sem aliás lhe alterar nem a boa consciência cultural nem política. Pode mesmo dizer-se que à medida que triunfa, a visão «neorrealista» se integra no horizonte global da existência portuguesa e os seus representative men são reconhecidos pelo regime, sem que (ao menos os mais consequentes) o reconheçam ou integrem, mesmo «objetivamente». Paradoxalmente, esta erosão inegável de um certo conformismo ideológico e político operado graças a essa espécie de hegemonia espiritual que foi

a do neorrealismo durante quase trinta anos, não subverteu tanto como se podia imaginar a imagem idealizante de Portugal. De algum modo até contribuiu para a reforçar, não só como necessária para através dela reinventar «no futuro um outro Portugal», livre, igualitário, fraternal, mas até no próprio presente (e no passado), reformulando no sujeito povo praticamente todos os clichés que até então haviam funcionado em relação ao «português» em geral e a Portugal. Claro, não com a candura e o patriotismo incandescentes do antigo «republicanismo» mas por uma idealização evidente dos «humilhados e ofendidos» a quem não foi difícil atribuir um «suplemento de consciencialização ideológica» ou um heroísmo militante que relevam mais da tradição romântica que de um implacável e justo olhar sobre a nossa realidade humana. Na reformulação ou metamorfose da «imagem íntima de Portugal» e dos portugueses, o «neorrealismo» foi, em geral, bem pouco revolucionário. Mas se o tivesse sido mais não teria conhecido o inegável sucesso sociológico que conheceu. O «neorrealismo» não teve, nem podia ter, o sentido do trágico histórico, mesmo naqueles autores que por íntima disposição mais predispostos estariam para o transcrever. O sentimento da «tragédia» é relativo e relativizado, exceto num Vergílio Ferreira que escapará das suas malhas e fará dele, talvez por obsessiva autopunição do «otimismo» inicial, o núcleo de toda a sua obra. A imagem de Portugal não é subvertida pelo neorrealismo mas readaptada à sua função reestruturante e futuramente harmoniosa de um país que um dia se libertará de males e taras passageiros.

É à margem, mas paralelamente, ao vasto movimento neorrealista e consciente ou inconscientemente em reação contra ele que se forjam as autênticas contraimagens de Portugal, umas de máxima positividade, outras de total e dinamitadora subversão, tanto quanto em nós cabe. Continuamos a referir-nos às «imagens culturais», à nossa (da maioria letrada e ledora do país) e .não à subversão, da sua própria realidade que a esta só o movimento concreto da história que no cultural se investe (ou inverte) a realizará (se realizar). Dessa subversão foi o nosso tardio movimento surrealista (1947) que soube encontrar os gestos, as imagens, picturais ou poéticas, menos lusitanistas no sentido tradicional do termo, não apenas as que se opõem àquelas que do século XIX continuavam a escoar-se e a ecoar no subconsciente racional, mas às clericais-fascistas, aos arquétipos líricos do eterno Portugal meu berço (de) inocente que a pedagogia do regime destilava como mel obrigatório desde o banco da escola primária à Universidade. O surrealismo, com os caracteres bem próprios que foram os seus entre nós, redimensionava a imagem da nossa relação com a realidade portuguesa segundo cânones, modelos, inspirações que procediam de uma das mais radicais metamorfoses da cultura do século XX e retomava, agora sob um modo burlesco,

alógico, provocador, a tentativa ganha e perdida pela aventura sem herdeiro do primeiro Álvaro de Campos. Ideologicamente, o surrealismo - apesar de uma aparente indiferença às clivagens maniqueístas próprias do mundo político - batia-se sobre duas frentes: uma, a do conformismo secular reformulado pelo fascismo em termos de pesadelo azul, quer dizer, contra a ordem moral de salazarístico perfil; outra, a do conformismo marxista, não só ideológico, como cultural, totalmente alheio às potencialidades subversivas da linguagem em prise direta com as pulsões do inconsciente ou da simples vocação humanística à Lewis Carroll ou Edward Lear. O que o surrealismo, mesmo tendo em conta o seu carácter de fenómeno citadino e de seita, contribuiu para extirpar foi a onipotência da percepção realista, nas letras e na cultura, abrindo assim a larga estrada por onde passará em seguida a pé enxuto a grande enxurrada de um imaginário lusíada submerso e que encontrará em obras não diretamente ligadas ao surrealismo, como as de Agustina Bessa-Luís e Ruben A., a sua expressão pública mais torrencial. Ao mesmo tempo, o impacte surrealizante trabalha e metamorfoseia do interior o próprio projeto neorrealista (em particular no campo poético), metamorfose de que os começos dos anos 50 e as seguintes décadas acentuarão cada vez com mais revulsiva eficácia até dissolver nela o impulso original, e a figura mesmo do neorrealismo.

Foi a esta vaga de fundo que em tempos aplicámos o epíteto de literatura desenvolta mas ao qual mais conviria o de cultura desenvolta, pois a pressão libertária que o surrealismo exprimiu ou canalizou em primeiro lugar (a par de outras expressões que sem serem surrealistas modularam ao mesmo tempo uma exigência de libertação cultural paralela) não se ficou apenas no campo clássico da literatura, mas irradiou e reestruturou toda a experiência formal dos seus contemporâneos. Marginal por definição, era uma tal pressão capaz de alterar a fundo a imagem interior do que éramos e podíamos ser? Não é mera hipnose de «intelectual» imaginar-lhe poderes de subversão que uma vez mais não traduziam senão o eco atrasado de uma revolução já acabada algures e sem impacte visível sobre a inamovível boa consciência nacional, aliás em fase de apoplético e delirante narcisismo? Apesar do condicionalismo tão particular da época, com a sua censura mais ou menos ubuesca, apesar do fenómeno sociologicamente minoritário das suas expressões oficiais, a sensibilidade que nas atitudes e gestos surrealistas se encarnou trouxe à superfície um Portugal-outro, anómalo, eficaz justamente até por não propor desta vez reforma ideológica, cultural ou ética de nacional recorte ou aplicação, mas apenas por tornar inatural, arcaico, fóssil, um mundo de formas que era a forma mesma do inteiro viver nacional. Mas só o triunfo da sociedade de consumo dos anos 60 lhe dará um dia emprego «histórico».

Talvez não por acaso, a mesma época ou imediatamente contígua conheceu a apoteose cultural mais nacionalista de que há memória nos nossos anais. Confundida com uma expressão da ideologia oficial mais exorbitada, em pleno reino não só de uma genérica hegemonia cultural da esquerda, mas sobretudo do império sempre omnipresente do nacionalismo ou do mero «bom senso», o fenómeno da chamada filosofia portuguesa não mereceu a atenção devida. Ou mereceu-a, quer dos seus profetas e seguidores quer dos seus irónicos impugnadores, em termos que não corresponderam à importância sociológica e mesmo mítica de tão singular aventura.

Sem expressão literária eminente (no plano do romance ou da poesia) o movimento da filosofia portuguesa, apesar das suas conotações ideológicas, do estilo provocatório e intimidativo que por vezes assumiu (Jornal 57; ficou demasiado confinado aos limites de uma seita, à apologia sem nuances de um guru (Álvaro Ribeiro) e passou aos olhos de muitos como a ideologia cultural de um fascismo lusitano que em Portugal até aos anos 50 não fora capaz de ter os seus Gentile ou os seus Rosenberg.

Na realidade e pese ao estilo peremptório de muitos dos seus iluminados seguidores (a começar pelo iniciador Álvaro Ribeiro), o movimento da filosofia portuguesa interessa precisamente por representar talvez a primeira tentativa de uma contraimagem cultural da realidade portuguesa para inverter toda a mitologia cultural de tradição liberal e iluminista e em particular aquela que, confessada ou inconfessadamente, tentou refazer nessa linha a imagem nacional, quer dizer, a da Geração de 70. Amalgamando, por vezes em termos de duvidosa exegese, contribuições anticonformistas de variada ordem e alcance (Sampaio Bruno, Cunha Seixas, Leonardo Coimbra, Teixeira de Pascoaes, Fernando Pessoa no plano nacional e Aristóteles e Hegel no plano universal) a filosofia portuguesa oferece de nós mesmos a mais articulada contraimagem cultural de tipo místico-nacionalista que se conhece. Essa contraimagem só oferece uma organicidade potente sob a pluma exotérica e brumosa de Álvaro Ribeiro.

Noutros representantes do movimento como Orlando Vitorino e António Quadros (sobretudo neste último, sensível aos «movimentos do século») essa imagem é mais fluida, mas não tanto que não tenha de comum com a do mestre esse apologetismo intrínseco da excelência ímpar do ser português, não apenas na sua configuração ético-ontológica, mas cultural. Jamais o velho (mas histórico e situável) complexo cultural lusitano foi impugnado com mais veemência e mais cópia de argumentação que sob as plumas dos representantes desse movimento.

Aparentemente desqualificado pelo seu esoterismo ou pelo seu misticismo abrupto, a imagem de um Portugal-Super-Man, portador secreto de uma mensagem ou possuidor virtual de um Graal futuro, encontra em cada um de nós ecos por de mais equívocos, para poder ser considerado e atirado para o simples rol das aberrações projetivas da nossa esquizofrénica vida nacional. Mesmo que fosse esse apenas o seu significado objetivo, como num famoso artigo de fundo do Diário de Notícias na época em que a política colonialista portuguesa era objeto de denúncia nas Nações Unidas, António Quadros o formulou acusando o universo inteiro de não nos compreender, essa esquizofrenia sublime ressurgiu já muitas vezes, embora não tão «sapiente» no cenário nacional, para não ser tomada a sério. A mitificação assombrosa de natureza histórico-cultural de que «a filosofia portuguesa» foi exemplo, vendo bem, nada tem de bem original e é apenas, sob uma forma patológica, a reivindicação de uma identidade que quase nos mesmos termos, em outros lugares ou tempos, outros povos e até continentes levaram a cabo (a Alemanha romântica, a Rússia de Dostoievski, a Espanha de 98, a América do Sul, a África de Senghor, etc.). Talvez por isso colaboraram direta ou indiretamente nessa construção mítica da imagem de um Portugal-menino jesus-das-nações, «éon» histórico predestinado à regeneração espiritual do universo, gente na aparência de formação tão diferente como Jaime Cortesão, Hernâni Cidade, José Marinho e sobretudo Agostinho da Silva, um dos portugueses mais originais do seu tempo e que se não limitou a teorizar em sentido limitado esse papel messiânico de Portugal, mas conformou a sua experiência humana e espiritual na luz dessa mística que nele transcende a lusitanidade e seus avatares metropolitanos para ser uma espécie de vivência ecuménica profundamente sentida e interiorizada.

Na complexa «reação» que representou o movimento da filosofia portuguesa o que mais choca é a impressão primeira de expressão de um complexo cultural nacional virado do avesso e para o qual, um dia, com ironia de largo alcance, o então jovem Santiago Quintas encontrou esta fórmula deliciosa: sendo a Alemanha o país da «filosofia» e Portugal, por excelência, o da «não-filosofia», um e outro se encontram na sua mesma polaridade... Ao processo que a Europa nos faz (ou nos fez), na realidade naquele que nós nos fizemos ou continuamos a fazer em função de imagens-realidades exteriores à nossa e a que supomos, com razão ou sem ela, qualidades superiores - os homens da filosofia portuguesa, em estilo rebarbativo, responderam com o processo da cultura europeia, em geral, abusivamente simplificado e numa perspetiva que (no melhor dos casos...) procedia afinal da autocrítica virulenta que no interior dessa mesma cultura se processava. O que há de mais válido - mesmo se a originalidade é relativa nessa

tentativa é a afirmação de uma especificidade da existência nacional e das suas expressões, acompanhada da recusa de as julgar em função de um modelo cultural ou civilizacional em si (na ocorrência o proposto ou pressuposto pela grande cultura europeia e em particular a de tipo universitário), excelentes contributos mas que, exatamente por sê-lo, interdita o pathos apologético cultural (e talvez não acidentalmente ideológico) de tudo o que é português por ser português. É curioso saber que muitos dos representantes da «filosofia portuguesa» viam na ideologia oficial da época (o salazarismo) também uma forma de positivismo, na aceção pejorativa do termo, o que não impediu na prática, bom número deles, de hiperbolizar o que no regime ia no sentido do culto patológico da lusitanidade, ajudando até com veemência particular a radicalizar nos termos mais cegos e dementes uma política «imperial» cujas funestas consequências não escaparam a gente menos «visionária» e menos delirantemente «patriótica».

A exaltação culturalista da imagem de Portugal só pôde ter esse perfil precisamente em função da realidade e da vocação imperiais que durante quinhentos anos fizeram parte da nossa atividade histórica, e cuja lembrança, mais ou menos intermitente, mas nunca de todo apagada, constituiu durante esse período o núcleo da imagem de Portugal que interiormente nos definiu. A fixação historiográfica no período das Descobertas não foi apenas um reflexo dos historiadores da «direita», em Portugal.

Investigadores ilustres da «esquerda» a elas consagraram - acaso sem se dar conta do carácter melindroso dessa fixação em tempos de má-fé integral como os que vivemos nas últimas décadas - um labor precioso e inovador. Bastará citar por todos Magalhães Godinho, Jaime Cortesão, Duarte Leite, Luís de Albuquerque. A fusão das duas imagens - a nacional e a imperial - começou no dia em que os Reis de Portugal compareceram no tablado do mundo que os seus navegadores alargavam com o encarecente e renascente epíteto de «senhores da Guiné, Etiópia, Índia», etc. A loucura tinha-nos entrado pelas portas adentro ou saído barra do Tejo fora, loucura natural e gloriosa como gesta desvendadora, loucura certa com os poderes do tempo e nossa enquanto colonizadora e conquistadora, mas insidiosamente corruptora (como já Gil Vicente o pressentiu) dessa primitiva imagem lusitana de que cada português conhecia com o olhar e os pés a força e a extensão. Quinhentos anos de existência imperial, mesmo como o desmazelo metropolitano ou o abuso colonialista que era inerente ao privilégio de colonizadores, tinham fatalmente de contaminar e mesmo de transformar radicalmente a imagem dos Portugueses não só no espelho do mundo mas no nosso próprio espelho. Pelo império devimos outros, mas de tão singular maneira

que na hora em que fomos amputados à força (mas nós vivemos a amputação como «voluntária») dessa componente imperial da nossa imagem, tudo pareceu passar-se como se jamais tivéssemos tido essa famigerada existência «imperial e em nada nos afetasse o regresso aos estreitos e morenos muros da «pequena casa lusitana».

Estranho «império» terá sido o nosso e mais estranho povo para que tendo, de súbito, parecido ter perdido a alma da sua alma pareça sobretudo ter ficado chocado com a invasão-enxurrada das pedras vivas dessa imperialidade, amontoadas ao acaso no Aeroporto da Portela. (Pequena porta, portaló de espécie particular para recolha do lixo imperial.) Já noutra lugar glosámos a espantosa mistura de inconsciência e bravata com que possuímos sem de todo possuir, e perdemos sem de todo o perder, pois não o tínhamos, esse «império» cuja essência histórica e imortal foi para Camões a razão mesma do seu canto. É verdade que o épico lhe juntava a Fé e que era mesmo em função desse adjutório que o império se justificava a seus olhos e que há muito nenhuma espécie de «fé», mesmo sob a forma laica da civilização europeia, justificava um império que subsistiu através de uma coerência imperialista ocidental enquanto ela mesma não se desfez, de dentro e de fora.

Todavia, no caso português, o mais interessante não foi aquilo que esse «império» fez de nós, tornando-nos realmente outros, como ingleses e holandeses outros se tornaram com as respetivas aventuras imperiais, mas aquilo que ele de nós não fez. Os colonos portugueses, talvez mais do que nenhuns outros, e contrariamente ao que Oliveira Martins assevera, opondo o nosso «aristocracismo» (?) ao plebeísmo espanhol, na verdade em outros se tornaram e «outros» eram quando, como muitas vezes sucedeu, à pátria «chica» volvíam. Mas Portugal, passado o eufórico período em que a Rua Nova dos Mercadores foi encruzilhada de raças e mercadorias, permaneceu à margem de uma aventura aleatória, por momentos consciencializada em termos de responsabilização colonizadora, aventura que foi obra de portugueses (e também de estrangeiros) mas não à maneira como a de Roma foi de romanos, pese aos camonianos tempos em que assim o pareceu. O «aristocracismo» não foi tanto dos «senhores de engenho» em quem Oliveira Martins pensava, mas o pátrio - o dos dirigentes pátrios - ou em outros termos e para reproduzir diagnóstico já feito, a ausência de efetiva burguesia nacional, autonomizada e conquistadora. Os nossos famosos conquistadores não são «marinheiros», à Drake, são nobres cavaleiros que «em navios que comandam se comportam como se fossem fronteiros em Ceuta ou Arzila», indiferentemente. Mas a «conquista» - e esta é uma das raras verdades da clássica e reacionária versão do nosso colonialismo - é uma exceção na nossa

epopeia «imperial», uma espécie de acidente inevitável: o comércio, a troca bastavam-nos, atividade pacífica por excelência, maneira suave de tirar a lusitana e magra barriga de miséria. Império de pobres, ricos de repente, foi o nosso, que com a mesma rapidez dilapidaram o que não era o fruto burguês de cálculo preciso, com seguros à vista ou o convertiam em oferenda rica à providência que os trazia a salvamento.

Da hora sumptuosa ficou a barca orientalizante de Belém. De uma aventura de acaso o mármore de Mafra importado de Itália. Mas marcas duradouras na alma de quem «teve» quinhentos anos de Império nada, ou só a ficção encarecente que nos Lusíadas ecoa, não como mudadora da sua alma, mas como simples nomenclatura extasiada de terras e lugares que na verdade, salvo Goa, nunca habitámos como senhores delas. Durante um breve período, os calcorreadores desse Império - mas sobretudo os portadores nele da fé católica - juntaram à sua imagem de portugueses a nova imagem de terras e costumes desconhecidos e prodigiosa é a soma desse saber de experiência sofrida, mas essa nova imagem ficou como que suspensa no interior do percurso autónomo da cultura metropolitana, nem a bem dizer «exótica», marginalizada, sem função alguma no nosso imaginário. O que fomos como portugueses da Metrópole, o que éramos como donos reais ou potenciais de terras longínquas ficou separado e separado continuou praticamente até ao fim de uma das mais insólitas aventuras colonizadoras do planeta. Só num Vieira existiu a dupla e mítica participação nessa aventura que não foi de dupla face, mas de diversificada espécie e por isso não nos converteu noutros tanto como se poderia esperar.

Inexistente como fonte de vivências capitais modeladoras da nossa imagem corporal e moral, o Império português serviu no entanto para lhe alterar, no plano ficcional, o carácter sensato. O Brasil, como a Índia durante uma época, como a África no final, acrescentavam-se, na imaginação do português cultivado (e por contágio nos outros), ao pequeno país para lhe dar uma dimensão mágica e através dela se constituírem como espaços compensatórios. Potencialmente um «grande país» (como os célebres mapas que rebatiam Angola e Moçambique no espaço europeu) economizávamos o penoso dever de palpar a nossa pequenez. A intervalos, um ou outro estadista da linhagem morta dos Albuquerque e dos D. João de Castro (um Sousa Coutinho, um Pombal, um Sá da Bandeira, um Norton de Matos) tomavam essa potencialidade a sério. Mas a metrópole não os seguia. A existência do Império só tomou forma metropolitana quando (como sucede com certos homens para quem a mulher existe enquanto apropriável por terceiros) se tornou objeto de disputa intereuropeia. Nesse contexto se situou com o Ultimatum, uma das mais sentidas humilhações da nossa História. Dela, não nos

podemos fazer sujeitos como é nosso hábito, mesmo sebastianizando-nos, como fizemos com Alcácer Quibir. Chorámos na praça pública, não por riquezas perdidas que eram literalmente fictícias, mas por nos darmos conta sem remissão que não pesávamos nada na balança da Europa civilizada e imperialista. Vingámo-nos em Coolela e no Cuamato, tornando-nos o que nunca verdadeiramente tínhamos sido, uns colonialistas de segunda classe sem meios nem vontade para assumir uma grandeza de ficção. E a esse preço - que para as nossas forças já era bem caro - reconquistámos de novo uma consciência imperial (a bem dizer é dessa época que ela data) que a República cultivou com desvelo e o salazarismo julgou suficiente para comprometer na sua afirmação intransigente os destinos de um regime sem poder imaginar que com eles poria também termo à nossa imagem hiperbólica de antigos senhores da Conquista, Navegação, Etiópia, etc., quer dizer, a quinhentos anos de imperialismo sem Império que foram também quinhentos anos de Império sem autêntico imperialismo. Ao menos no que diz respeito à «consciência» dos portugueses e aos mitos, fastos ou nefastos, que pôde engendrar.

Treze anos de guerra colonial, derrocada abrupta desse Império, pareciam acontecimentos destinados não só a criar na nossa consciência um traumatismo profundo - análogo ao da perda da independência - mas a um repensamento em profundidade da totalidade da nossa imagem perante nós mesmos e no espelho do mundo. Contudo, todos nós assistimos a este espetáculo surpreendente: nem uma nem outra coisa tiveram lugar. É possível que a profundidades hoje ainda não perceptíveis supure uma ferida que à simples vista ninguém apercebeu. Estamos perante um caso de inconsciência coletiva sem paralelo nos anais de outros países (basta lembrar o que foi o exame de consciência a que procedeu em Espanha a Geração de 78 após o desastre de Cuba ou as consequências político-ideológicas da guerra da Argélia), resumo de um processo histórico caracterizado por um sonambulismo incurável, ou perante um exemplo de sageza exemplar, de adaptação realista e consciente aos imperativos mais fundos da consciência e interesses nacionais? Na verdade o que nos interessa neste esforço para nos aproximar da verdade da nossa imagem - verdade que só a história do nosso comportamento coletivo permite desenhar - não é tanto a solução que acabou por ser aquela que conhecemos, mas a maneira como ela foi traduzida para português, quer dizer, integrada no nosso percurso histórico. Se a solução foi aquela que os determinismos e as soluções de forças nacionais e internacionais impunham - sem falar da equidade ou da fatal ascensão dos povos africanos à independência - a maneira como foi vivida e deglutida pela consciência nacional é simplesmente assombrosa. Ou sê-lo-ia, se a capacidade fantástica que em nós se tornou uma segunda natureza, de integrar sem problemas de consciência o que em geral

provoca noutros povos dramas e tragédias implacáveis, não atingisse entre portugueses culminâncias ímpares.

Um acontecimento tão espetacular como a derrocada de um império de quinhentos anos, cuja posse parecia coessencial à nossa realidade histórica e mais ainda fazer parte da nossa imagem corporal, ética e metafísica de portugueses, acabou sem drama. Por um pouco não terminou em apoteose, o drama empírico do abandono em pânico das antigas colónias à parte, quer dizer, em glorificação positiva da mesma mitologia, mas lida às avessas, que servia a Salazar para decretar que Angola e Moçambique eram tão portugueses como o Minho e a Beira. É verdade que o drama existiu objetivamente como cegueira nacional durante quase treze anos partilhada pela maioria dos metropolitanos e a totalidade dos coloniais, mas a natureza do antigo regime não só o não deixou vir à superfície impedindo a questão africana de se tornar objeto de pública e natural discussão como o promoveu a página gloriosa (uma mais) a acrescentar ao nosso currículo de fabricantes de pátrias lusas. A resistência armada da rebelião africana, os seus sucessos, ou mesmo os seus insucessos traduzidos positivamente num contexto histórico de contestação da presença europeia colonialista sob todas as suas formas, a própria consciencialização progressiva e progressista dos herdeiros de Mouzinho que descobrem por sua conta os limites ou a mentira congénita da versão colonialista que deviam ajudar a salvaguardar, acabaram por tornar dramática a política nacional, ao menos aos olhos dos mais lúcidos, mas jamais essa consciencialização forçada pôde atingir em profundidade e responsabilidade um povo que se suporia jogar nessa aventura a forma mesma do seu destino.

Tudo se passou em família, entre militares sobretudo, cujo exame das realidades e consciência de situação pessoal e institucional bloqueada, jogou num lance de dados em que, aparentemente, a imagem imperial portuguesa não tem papel algum (salvo negativo) toda essa mitologia que serviram durante treze anos, invertendo-a num só dia e fazendo dessa inversão o símbolo mesmo do ajustamento realista de Portugal a si mesmo. Nem a cegueira colonialista desvairada dos Kaúlza e Companhia, nem a aposta neocolonialista de Spínola, nem a determinação firme do anticolonialismo coerente de Melo Antunes foram vividas em termos de autoconsciência e responsabilização cívica pela maioria dos portugueses. Num dos momentos de maior transcendência da história nacional, os Portugueses estiveram ausentes de si mesmos, como ausentes estiveram, mas na maioria felizes com essa ausência, durante as quatro décadas do que uma grande minoria chamava fascismo mas que era para um povo de longa tradição de passividade cívica apenas «o governo legal» da Nação.

É certo que no estreito círculo dos militares e políticos que intervieram na mais rápida descolonização de que há memória, houve discussões, problemas de consciência, drama até, mas em termos de confiscação abusiva da representatividade nacional, análoga, embora de sentido oposto, à do antigo regime. Houve, sobretudo, uma estranha mas coerente permanência da ilusão capital da clássica mitologia colonialista, tal como o regime de Salazar a promovera. Exemplar como revolução metropolitana que derruba quatro décadas de poder autoritário e semitotalitário com flores no cano das espingardas, a Revolução de Abril não eclode com o propósito consciente de pôr um termo absoluto à imagem de Portugal colonizador exemplar mas para dentro dela encontrar uma solução à portuguesa, igualmente exemplar, de Descolonização. Essa perspectiva ilusória não fazia parte apenas da política que o nome de Spínola tentou encarnar, mas de gente como Mário Soares e sobretudo como Almeida Santos, este último convencido, ao que parece, que um Portugal democrático era conciliável com uma descolonização com permanência branca consistente em África. A realidade ia manifestar-se bem diversa: não só essa permanência se revelou utópica nos termos em que fora imaginada, como os mesmos homens que em Portugal impuseram a sua imagem política como pilares do anticomunismo ou da hegemonia política de cariz marxista, contribuíam para o triunfo em Angola e sobretudo em Moçambique de regimes com essa referência. E uma vez mais, sem que também todo este processo tenha provocado em termos portugueses aquela perplexidade e até aquela convulsão que, à primeira vista, pareceria inevitável.

Todavia a ideia óbvia que Portugal acabara de viver o fim de um ciclo histórico impôs-se, menos pela ressonância traumática dos acontecimentos que lhe dão corpo, que pelos problemas imediatos, físicos, que o carregamento e o encargo imprevistos (!) dos retornados suscitaram a um País a braços com uma situação revolucionária que polariza toda a paixão política nacional. Rei morto, rei posto, mitologia colonial e colonialista defunta, nova mitologia nacionalista se começa a reformular para que a imagem mítica caduca em que nos revíamos com complacência, pudesse servir de núcleo e alimentar o projeto vital, histórico e político de um povo, de súbito reduzido à estreita faixa atlântica que nunca nos bastou, mas que é agora o nosso navio de regresso, encalhado à força na barra do Tejo. O processo teve duas fases: a primeira promoveu a imagem de um Portugal revolucionário, exemplo iniciador e iniciático de uma subversão democrática da ordem capitalista europeia fez confluír para um povo sem espaço para um tal sonho os fantasmas da esquerda europeia que triunfava no Alentejo e na Lisnave por procuração. Os avatares pouco gloriosos da descolonização eram cobertos por essa função redentora implícita na nossa Revolução.

O que perdíamos em espaço e em riqueza potencial (e real) era compensado pela exemplaridade revolucionária, ou, sobretudo, por uma exemplaridade democrática que tinha o condão de nos subtrair ao lote das nações retrógradas politicamente e nos conciliar a benevolência e a estima do universo. Esta dupla imagem foi representada no palco mundial pelas políticas estrangeiras de Melo Antunes e Mário Soares. No contexto da época revolucionária plena e na que se lhe seguiu estas imagens tinham um natural suporte, mas com elas e sob elas, no plano interno, mascaravam a efetiva situação portuguesa, difícil, agitada, modificada em profundidades ignoradas da massa comum por essa amputação de um mercado privilegiado que nenhum aperto de mão caloroso, nenhuma tímida tentativa de diversificação das nossas trocas comerciais podia compensar.

Paralelamente, a primeira fase da Revolução caracterizou-se também pela tentativa frenética de deslocar a imagem fascista da realidade nacional presente e passada, de destruir pela raiz o que se supunha mera pintura superficial do País que lavado e expurgado dos seus demónios passageiros poria à mostra as suas virtualidades, a sua verdade popular submersa pela barreira ideológica de uma burguesia condenada pela História. A ideia era excelente, mas repousava sobre premissas falsas e sobre uma abstrata visão do que representou (do que num silêncio à espera de melhores dias continuava a representar) esse famoso «fascismo». O progressismo nacional não compreendeu que o salazarismo foi a versão coerente de uma impotência económico-social coletiva, num contexto ocidental preciso, e que não era com canções nem baladas, nem demagogia de sumário e não consciencializado recorte que os fantasmas sólidos do conservantismo lusitano se derreteriam de medo na aurora vermelha da Revolução. Do México costumam dizer os Mexicanos que está muito longe de Deus e muito perto dos Estados Unidos.

Aparentemente, nós estamos mais perto de Deus e mais longe dos Estados Unidos. Nos primeiros tempos da Revolução, a tradicional voz de Deus pareceu silenciosa e a dos Estados Unidos ausente. Simples ilusão de ótica. Os Estados Unidos estão em toda a parte, estavam connosco como europeus que somos e na Europa como sua ombreira atómica e seu parceiro económico e tecnológico supremo. Se como nação colonizadora não escapávamos à sua liderança, como nação europeia - a menos de nos volver na Cuba impensável em que muitos pensaram - menos o podíamos tentar. O 25 de Abril, quer dizer, umas Forças Armadas e um povo que sabiam onde efetivamente estamos, num contexto de ocidentalidade orgânica e fatal (para tempos previsíveis) iria reajustar a imagem revolucionária, exterior e interior, à nossa dimensão e à nossa carência económica

que aos poucos se tornou a única verdade que os Portugueses sentem, embora como de costume a ela se não adaptem, procurando em novos mitos o perfil de uma dignidade que ninguém assume na dependência orgânica de outrem.

Nesta encruzilhada nos encontramos. O momento parece propício não apenas para um exame de consciência nacional que raras vezes tivemos ocasião de fazer, mas para um reajustamento, tanto quanto possível realista, do nosso ser real à visão do nosso ser ideal. Nenhum povo e mais a mais um povo de tantos séculos de vida comum e tão prodigioso destino pode viver sem uma imagem ideal de si mesmo. Mas nós temos vivido sobretudo em função de uma imagem irrealista, o que não é a mesma coisa. Sempre no nosso horizonte de portugueses se perfilou como solução desesperada para obstáculos inexpugnáveis a fuga para céus mais propícios. Chegou a hora de fugir para dentro de casa, de nos barricarmos dentro dela, de construir com constância o país habitável de todos, sem esperar de um eterno lá fora ou lá-longe a solução que como no apólogo célebre está enterrada no nosso exíguo quintal. Não estamos sós no mundo, nunca o estivemos.

As nossas possibilidades económicas são modestas, como modesto é o nosso lugar no concerto dos povos. Mas ninguém pode viver por nós a dificuldade e o esforço de uma promoção coletiva do máximo daquilo que adentro dessa modéstia somos capazes. Essa promoção passa por uma conversão cultural de fundo suscetível de nos dotar de um olhar crítico sobre o que somos e fazemos, sem por isso destruir a confiança nas nossas naturais capacidades de criação autonomizada, dialogante como tem sido sempre, mas não sob a forma de uma adaptação mimética, oportunista, das criações alheias e da sua vigência de luxo entre nós enquanto os problemas de base do País não recebem um começo de solução. Nesse capítulo a carência da Revolução de Abril tem sido quase absoluta. A consciencialização necessária de um povo amorfo e «desinteressado» politicamente como foi o nosso durante décadas operou-se apenas, e com que superficialidade, no chamado plano ideológico, mas num confucionismo fatal como era de esperar num contexto de carências socioculturais tão denso como o nosso. Tudo parecia dispor-se para enfim, após um longo período de convívio hipertrofiado e mistificado connosco mesmos surgisse uma época de implacável e viril confronto com a nossa realidade nacional de povo empobrecido, atrasado social e economicamente, com uma percentagem de analfabetismo única na Europa, com quase um terço da sua população obrigada a emigrar, imagem capaz de suscitar um sobressalto coletivo para Lhe atenuar os traços mais intoleráveis. Mas o que sucedeu, o que tem tendência a acentuar-se é a reconstituição em moldes análogos da imagem «camoniana» de nós mesmos, do benfiquismo

ingénuo mas nefasto com que nos contemplamos e nos descrevemos nos indestrutíveis discursos oficiais e, quando não basta, com a promoção eufórica e cara da nossa imagem exterior que em seguida reimportamos como se fosse de facto a dos outros sobre nós. O estatuto democrático da imprensa portuguesa não alterou hábitos de cinquenta e mais anos. Multiplicou apenas os seus pontos de aplicação. Em vez do encarecimento do tirano onisciente, reina a bajulação avulsa dos caciques que entre si jogam aos dados nas costas do povo português os poderes e as benesses de que se instituíram herdeiros. A regra do jogo, talvez até mais eficaz que no antigo regime, é a da desdramatização de todos os problemas nacionais. Uma Democracia não tem problemas e nós somos uma democracia... Desapareceu mesmo do horizonte o sujeito de qualquer responsabilização séria pelo estado inalterável e, em vários aspetos, piorado, de um País que de uma vez por todas nós decidimos subtrair, pelos seus méritos gloriosos de um dia, ao pouco exaltante ofício de o conhecer, descrever e julgar como ele é. De uma maneira mais insidiosa, mas acaso mais corruptora do senso das realidades e da consciência do lugar que ocupamos no mundo (ou que não ocupamos) Portugal tornou-se de novo impensável e invisível a si mesmo. Só de uma maneira exterior, forçados por imperativos brutais de ordem catastrófica, consentimos, mas sempre sob a mais antiga maneira de ser nacional, a de «não cair de cu», consentimos em nos olharmos tais como somos realmente.

Não desmente esta análise o reflexo pícaro por excelência de uma «maledicência» quotidiana de café sobre nós mesmos. Quando não é o sintoma mesmo de uma degradação masoquista é um jogo que faz parte intrínseca do acriticismo, do irrealismo de fundo de um povo que foi educado na credence, no milagrismo, no messianismo de pacotilha, em suma, no hábito de uma vida pícara que durou séculos e que uma aristocracia indolente e ignara pôde entreter à custa de longínquos Brasis e Áfricas.

Mas o anedotário quotidiano tem também uma face positiva na medida em que traduz mesmo sob a forma suspeita que é sempre a sua - como forma de ócio imerecido e fácil fuga diante do real - a verdade de um imobilismo de alma ou de uma mobilidade sem objeto tão própria do nosso projeto de vida coletiva desde a época crepuscular em que deixámos de ser um povo de ação paralela ao verbo. Na realidade o nosso destino ético e intelectual decidiu-se num certo dia do ano de 1527 em que em Valladolid, com particular ênfase dos participantes portugueses, o erasmismo hispânico foi condenado e banido do nosso horizonte e com ele a disposição de espírito que está na origem do olhar crítico sobre o que nos cerca ou sobre o que fazemos. A ciência moderna, em cujo processo interno não colaborámos como indivíduos, não é apenas o acesso a uma evidência particular a

respeito da natureza das coisas e das leis que a regem, é em si mesma uma ética como Jacques Monod teve a coragem de sublinhar e a única arma que os homens forjaram até hoje - que se pode opor vitoriosamente ao império sempre presente e remanescente da Ideologia. A própria atividade científica pode ser envolvida pela Ideologia ou ideologizada, mas nela mesma é essa «cadeia de razões» que para o ser se encontra eternamente suspensa da dúvida que vence e a alimenta. É o reino da liberdade ou o seu motor e dela fomos privados no dia e na hora em que de povo livre ou ingenuamente crente de uma fé não ameaçada, nos volvemos em familiares do Santo Ofício, sumamente honrados por sê-lo. Esse sicofantismo nacional ao serviço de Deus chegou para alimentar a nossa vaidade de defensores da Fé, mas converteu-nos em adoradores extáticos no melhor dos casos e em refinados hipócritas no pior, criando em nós essa espécie de indiferença a toda a verdade que não seja vivida coletivamente, a inventores geniais de «concórdias» e «verdades» médias que naturalmente não poderiam jamais conduzir aos Descartes, aos Pascal, aos Torricelli e muito menos aos Espinosa. Resta-nos a consolação de não ter contribuído em nada para chegar através das famosas «cadeias de razões» até à bomba atómica... Em compensação refinámos no gosto da glosa jurídica, da astúcia formal, da conciliação do inconciliável quando o mais empírico interesse pessoal ou social está em jogo, sem jamais pôr em questão o sistema que sob conteúdos diferentes em cada época, mesmo das que aparecem sob a exigência da libertação e rutura com a mentira social e intelectual institucionalizadas, se reconstitui e de novo se fecha sobre si mesmo.

Seria insensato supor que entre os portugueses não se manifestasse como na humanidade, segundo Aristóteles, aquilo que nos eleva à dignidade humana: o apetite de saber, a paixão da verdade. Mas da verdade o que mais nos fascina é a paixão que ela comunica e não o processo em que consiste a sua busca com a visão nela do que falta e não do que nela resplandece.

Porque séculos de opaca e profunda ortodoxia nos ensinaram e bem que Deus é a Verdade e a verdade para nós é Deus. Toda e qualquer verdade. Quando o religioso perdeu o seu valor ouro ficou a política e hoje a ideologia. Mas a mentalidade é a mesma. Esta adesão ou antes apropriação da «verdade» à nossa mentalidade tem o seu reverso: com a mesma paixão a abandonamos por um niilismo de similar conteúdo. Como dizia Pessoa: «ou o Tudo ou o seu nada». Pessoa extrapolava aliás a sua exceção: essa «paixão» não é de ordem intelectual entre nós mas prática. No fundo da nossa alma, como Pascoaes o viu bem, ficámos pagãos, familiares dos deuses e do Destino «que é mais que deuses», cujo veredicto por absurdo nos satisfaz paradoxalmente. Daí essa forma de indiferentismo, após o espasmo orgânico do grito, tão característico do nosso

comportamento histórico. «Tinha de ser.» É o nosso lado árabe, porventura. Profundo poço onde mergulham as raízes insondáveis do verdadeiro mistério do nosso comportamento histórico: realizar o mais valioso de nós como coletividade e como indivíduos, não como agentes de propósitos maduramente pensados, estruturados, mas como atores de gestas que tudo parecem dever ao impulso da vontade, do desejo, do inconsciente.

Logo que nos aproximamos da linha tórrida do racional tornamo-nos tímidos, ficamos paralisados, perdemos a imaginação. Numa página do seu Diário, Torga nota com inegável acento voltairiano que ninguém se arrasta de joelhos em Fátima com o quinto ano do liceu. Aceitemos a observação, mas para concluir que é justamente ao nível dessa consciência medíocre, na ordem humana do português cultivado (semi) que misteriosamente se manifesta a falta de audácia, o conformismo, a lamentável ausência de originalidade e de violência que conquistaram os céus da história ou atravessam os Pirenéus a pé descalço.

Já Edgar Quinet notara que na Península é o povo que é verdadeiramente nobre, nobre por pobre, um pouco à força, mas também por sujeito de um olhar realista, que o seu olhar é sempre realista mesmo imerso naquilo que visto doutro plano é mistificação, quer dizer, resposta errada a uma exigência certa. O grande paradoxo do ajustamento ao nosso Destino como destino coletivamente vivido, enfrentado e domado - na medida em que o destino se doma - será esse mesmo de uma revolução cultural capaz de se apoiar nessa inconsciência sublime onde uma miséria de séculos encontrou forças para não sucumbir, para a transfigurar em consciência ativa, em destino assumido sem a destruir. O verdadeiro mediador, o autêntico motor dessa metamorfose é menos o intelecto, a cultura que nele ou através dele se converteu não só num ídolo mas num obstáculo, numa forma de repetição do conformismo social, mas a imaginação.

Uma ressequida tradição racionalista portuguesa - aliás recente - pôde comprazer-se na crítica e na rejeição dessa fonte de onde tudo decorre, a começar pela própria razão, pois a nada mais se resume que à capacidade de invenção do que não existe ainda e jamais virá à existência senão através da descolagem espontânea ou cultivada do já visto, sabido, pensado.

Rêverie do poeta, especulação do cientista ou do filósofo, só a imaginação transforma, transfigura e remodela a face do mundo e não o exercício rotineiro de uma «prática» que, sem ela, é, no melhor dos casos, um acerto cego. Faz parte do núcleo mais tenaz da nossa imagem mítica a ideia de que somos um povo de sonhadores. Nada menos exato. Fomo-lo nessa Idade Média absorvida, entre nós,

como no resto da Cristandade ou fora dela, numa atmosfera que não separara ainda a imaginação da razão, mas cedo se estabeleceu uma clivagem paradoxal e num grau que outros países europeus não conheceram, entre uma imaginação separada da razão, e, a esse título, espaço privilegiado de uma liberdade tolerada justamente por ficção pura (é o argumento salvador que serve a Bartolomeu Ferreira para tolerar as audácias de Os Lusíadas) e uma razão de mera configuração formal e formalista que enraizará na nossa cultura a Teologia de forte travejamento escolástico-jurídico e a Jurisprudência, como apoteose e glosa refinada da legalidade existente. De um lado - e com uma radicalização que a cultura espanhola não conheceu em tal grau - ficou a atividade imaginária, o capital do fantástico, do inconsciente, representado por uma «incultura popular» preservada pelo seu próprio alheamento da exígua e confinada grande cultura teológico-jurídica destinada à também exígua e pouco exigente classe superior; do outro, essa cultura segregada, sem imaginação, sem audácia, salvo a que filtrava por misteriosa via dessa fonte popular, como em Vieira, que a submetia então aos rigores ultraformais de uma herança escolástica que perdera todo o contacto com o novo imaginário onde a ciência moderna se alimentava. Quando o nosso Romantismo tentou refazer o conúbio natural da imaginação e da razão, o tempo perdido era de uma ordem que não permitia mais que ecoar num perpétuo atraso a invenção alheia, a ciência alheia, a cultura especializada das grandes centrais do sonho europeu, apostado, como Galileu e Descartes o haviam concebido, em decifrar matematicamente o mistério do mundo para melhor o domesticar.

É nos interstícios dessa explosão do imaginário europeu enquanto ciência e filosofia intimamente conexas e em perpétuo conflito que se inscreve o itinerário da nossa intrínseca subalternidade e dependência cujo drama com laivos offenbachianos será descrito - ao mesmo tempo que exemplificado - pela obra mais típica e mais trágica do nosso Romantismo sarcástico, mascarado de realismo: a de Eça de Queirós.

Costuma dirigir-se-lhe como acusação de especial relevo o facto incontestável da ausência do povo português na sua obra, esse Povo a quem, maiusculado e mitificado como a Civilização de que é a expressão inversa, Eça tecerá sempre nostálgicas ou futurantes elegias, esperando do seu despertar de Gigante o terramoto que varrerá a Burguesia ignara e satisfeita que povoa os seus romances. Mas essa ausência é, do seu ponto de vista, uma nota de realismo indiscutível. Era uma ausência concreta, ou se se prefere a realidade da sua espessa passividade cívica e cultural, pelo menos da Cultura afinada pelos Michelet, os Renan, os Hegel, que os Egas e os Carlos da Maia liam, ou não liam. Ou liam como se não lessem apenas para cavar mais fundo o complexo de alfabetos em perpétuo

atraso ou de veleitários imitadores do avanço científico dos outros a quem como Carlos se compram tratados e aparelhagem médica para os deixar cobrir de teias de aranha num laboratório abandonado.

De si mesma, a classe dirigente - que será sua parente em seguida - não extrai nada de original segundo Eça, vive em segunda mão, com um pé mais ou menos lesto no Sud Express, embora este viver por procuração não deixa de ter a sua função positiva e ser fonte de grata vida para os privilegiados da banca, da agiotagem, do negócio, em suma de tudo quanto, por fora (e um pouco por dentro, como os mesmos livros de Eça o mostram) nos europeíza. Mas de fora desse Fora, fica o dentro do país real, esse pano de fundo onde a escrita de Eça o situa por ausência (à parte Juliana), em suma, esse Povo que para a Geração de 70 tem as virtudes que Michelet e Quinet lhe atribuem, sobretudo as de regenerar em pensamento uma raça sem destino nem cultura autónomas.

A mitificação desse Povo - vida compensatória para a sua não-vida concreta como ator da cena coletiva consciente dos seus direitos - não terminou com a Geração de 70, para a qual o seu estatuto é de uma permanente ambiguidade. Pelo contrário e como já aludimos, agravar-se-á, cada vez mais, à medida que esse Povo entra pouco a pouco no movimento geral da sociedade portuguesa, atingindo com o Estado Novo o estádio supremo da mistificação que é também automistificação, promovido como o foi sob o antigo regime o álibi de um culturalismo folclorizante, hipernacionalista, que por vezes chegou a ter um inegável carácter populista, senão popular. Não foi por acaso que o seu único mas extraordinário ideólogo, Salazar, se autodefiniu num dia de imodéstia sublimada, como «pobre, filho de pobres». Jamais dirigente algum soubera encontrar uma tão genial fórmula de identificação mítica com uma sensibilidade nacional filha e herdeira de séculos de pobreza verdadeira, cristãmente vivida como regenerante espiritualmente, para cobrir com ela os privilégios exorbitantes e a impunidade mandante da classe a que ele mesmo não pertencia, mas que serviu com uma capacidade e uma inteligência dignas de melhor aplicação. Num só homem, durante décadas, uma parte do povo português (bem mais extensa do que a oposição sempre gostou de imaginar) viu reunidas duas condições opostas cuja estrutura faz parte da tipologia dos contos populares mais clássicos: a do «príncipe e do pobre», que para a beata e hipócrita burguesia nacional se traduzia na dualidade também exemplar do «ditador e do asceta, ou do professor e do monge».

Mas ao contrário da Geração de 70 e diversamente das gerações «nacionalistas» ou «integralistas» a que se podia vincular a sua ideologia, Salazar

conhecia esse Povo de que se proclamava guia sábio e sereno, quer dizer, conhecia-lhe a ancestral condição humilde, a inata ou histórica paciência diante da adversidade, da infinita resignação, de inexpugnável credulidade, realidades sociológicas do mundo rural que poucos homens de Estado ou nenhum souberam utilizar com tão funda perspicácia. Mas mais conhecia a espessura, a autêntica paixão nacional desse mesmo Povo e sob ela fundou, mais que sobre o tardio terror e a polícia, o seu longo reino, cultivando e impondo como ideal cultural uma exaltação mitificada do nosso passado ou do nosso presente, comemorando bispos anónimos de Bragas lusitanas ou vitórias caseiras de hóquei em patins. A oposição intelectual, a esquerda politizada, a quem esta forma de nacionalismo exacerbado e provinciano fazia sorrir, tinha razão no absoluto do nunca se tem, mas a verdade é que não tinha parada contra este sistemático culto da Nação, da Pátria, simplesmente porque tal parada não existe. À lisonja provincial (mas também sincera) desse Povo, tal como o salazarismo o mitificou, alindando até ao grotesco uma imagem ruralista que o regime não fabricou (vem já do romantismo, atravessa Herculano e Garrett, revive em Junqueiro, Nobre, Correia de Oliveira, etc.), respondeu, como vimos, a invenção de um contra mito, de uma outra imagem do Povo, mais próxima da sua verdadeira condição servil e dura, mas que também não escapou à mitificação por excesso de consciencialização da sua própria condição e que a literatura neorrealista impôs no plano da cultura nacional. Infelizmente, a verdade desta real e aparente contraimagem, com o centro na consciência de classe, mau grado os esforços tentados para a religar igualmente à nossa tradição histórica, só podia viver de referências míticas de restrita audiência nacional e, para mal dos nossos pecados, na dependência de uma mitologia revolucionária cuja estrutura não tinha raízes portuguesas.

Foi a imagem ideológica do Povo português como idílico, passivo, amorfo, humilde, e respeitador da Ordem estabelecida, que o 25 de Abril impugnou enfim, em plena luz do dia. A verdade que através dela irrompia era de molde a reajustar finalmente a nossa realidade autêntica de portugueses a si mesma, como reflexo e resposta a uma desfiguração tão sistemática como aquela que caracterizara o idealismo hipócrita e, sob a cor do realismo, o absurdo irrealismo da imagem salazarista de Portugal. Todavia anos passados, não é possível asseverar que tal reajustamento se tenha produzido, que tenhamos posto uma espécie de ponto final naquilo que poderíamos designar de visão maniqueísta da História e da realidade portuguesas. A contraimagem de Portugal e do seu destino que a Revolução de Abril e as suas sequelas entronizaram, ainda não possui um grau de assentimento coletivo e um perfil que permitam considerá-los como «estáveis».

As suas notas características são quase só de tipo político superficial ou ideológico, sem estatuto mítico correspondente. Nem a atual vigência de um regime democrático de tipo ocidental, nem a vocação socialista que constitucionalmente é atribuída ao tipo de sociedade que desejamos construir, constituem elementos estáveis de uma reestruturação da nova imagem de Portugal com fundura mitológica digna desse nome.

Neste momento e sob os mais variados aspetos, Portugal está em discussão após a fase em que de fora e de dentro os acontecimentos alteraram a realidade geográfica e sobretudo a imagem ideal que os portugueses tinham forjado de si mesmos e da sua Pátria ao longo de quinhentos anos. Se a Revolução de Abril sucumbir, reconduzindo o atual estatuto político, social e económico do País a fórmulas próximas das já experimentadas ou reatualizadas, isso dever-se-á unicamente ao facto de a Revolução não ter sabido ou podido operar positivamente a conversão da sua antiga imagem mítica, cuja complexidade, fundura e organicidade não podiam nem podem ser substituídas por uma nova imagem por mera determinação voluntarista das forças políticas responsáveis pela Revolução, mas exigiam (e exigem) uma readaptação bem sucedida ao último e acaso mais brutal traumatismo da História portuguesa.

Infelizmente a quase totalidade dos principais atores da Revolução de Abril não previu, não soube medir, nem muito menos criar as condições para remediar a esse espetacular traumatismo pelo simples facto de que a maioria não o pressentiu como tal, nem o percebeu na insólita e aparente apatia com que os Portugueses assistiram (se assistiram...) ao fim do seu domínio colonial. Não insistiremos em tema que, sabemos-lo, não perspetivamos como quase toda, senão toda, a esquerda portuguesa. A contraimagem de Portugal de que necessitamos para nos vermos tais quais somos sofreu, desde as primeiras semanas eufóricas e naturais após a Revolução, uma distorção interna de que possivelmente nunca mais se curará. A essa primeira distorção irá juntar-se um elemento cujo peso e influxo, primeiro inaparentes, em seguida ramificando-se e encontrando eco no subconsciente de um povo que parecia ter aceite a Descolonização como um facto consumado, acabou por se transformar num autêntico cancro, de difícil cura. A distorção consistiu em tentar impor uma nova imagem de Portugal, logo após o 25 de Abril na aparência oposta à do antigo Regime, mas cuja estrutura e função eram exatamente as mesmas: instalar o País no lisonjeiro papel de país revolucionário exemplar, dotado de Forças Armadas essencialmente democráticas, considerando os cinquenta anos precedentes como um parêntesis lamentável,

uma conta errada que se apagava no quadro histórico para recomeçar uma gesta perpétua na qual o salazarismo tinha sido uma nódoa indelével.

O salazarismo desaparecia como um pesadelo, como uma mortalha imposta a um Povo intrinsecamente democrático, a umas Forças Armadas não menos democráticas, os quais, por uma destas harmonias preestabelecidas, caras a Leibniz, operavam ao mesmo tempo e de comum acordo uma similar e sublime conversão. Para que esta versão mítica sumária pudesse ter futuro teria sido necessário que na realidade todas as estruturas políticas, sociais, económicas e culturais do antigo regime tivessem sido submetidas a uma revisão implacável acompanhada de uma explicação sistemática, justa, equilibrada, em suma, a uma desmontagem do mecanismo político, ideológico, económico, jurídico, militar e policial do anterior sistema.

A luta feroz pelo Poder julgou possível dispensar esse esclarecimento de fundo, contentando-se com uma condenação ética de princípio sobre o regime defunto, acompanhada de exaltação ideológica pura do Movimento de Abril. É verdade que nos primeiros tempos um certo unanimismo nacional, a aparente naturalidade com que a Direita vencida recebeu o fim do seu reinado fascista, parecia dispensar esta pedagogia da Revolução.

Sem transição, o povo português passou da boa consciência de um sistema semitotalitário, ou mesmo totalitário, para a boa consciência revolucionária, sem mesmo se interrogar sobre tão complexa e súbita conversão de Forças Armadas fiéis ao antigo regime em força democrática e vanguardista. Sobretudo, sem se interrogar acerca das consequências de toda a espécie que a Revolução fatalmente arrastaria consigo ou de que era já consequência. A Revolução de Abril foi recebida e festejada como uma simples mudança de cenários gastos que não alteraria o pacatíssimo e delicioso viver à beira-mar plantado, nem alteraria em nada a imagem que os Portugueses se faziam de si mesmos. Ou antes sim, para melhor. De cidadãos de um Estado opressivo, sem gozo de direitos cívicos normais ao contexto europeu, tornávamo-nos, por milagre, cidadãos à part entière da Europa e do mundo democrático.

A fabulosa rapidez com que a Descolonização se efetuou também não alterou esta nova imagem, antes pareceu reforçá-la, em particular aos olhos da Esquerda portuguesa que é então a única força política atuante e que conta. Será para sempre um assunto de reflexão interminável o do (aparente?) desinteresse com que a generalidade do povo português - é verdade que envolvido num combate político interno que o requeria de manhã à noite - aceita desfazer-se em escassos meses de territórios de considerável interesse económico e estratégico e

em circunstâncias de completo descontrolo, nos quais havia suportado uma luta de treze anos e cuja imagem fazia parte integrante (ou parecia fazer) da sua própria imagem de povo colonizador por excelência atributo e núcleo central da mitologia do antigo regime, mas também de todo o passado nacional. A verdade é que a nova classe política - por razões aliás explicáveis - descolonizou exatamente nos mesmos termos em que o antigo regime levava a cabo a sua cruzada colonialista. O País foi posto diante do facto consumado e como tal o recebeu, não só porque tinha a vaga consciência de que não era possível outra solução, como supunha - talvez a justo título - que era o preço a pagar pela sua própria libertação. Este foi o reflexo natural da Esquerda que vai então dos comunistas aos socialistas e à qual nenhuma outra força política consistente ousa opor-se, mesmo verbalmente.

Quanto ao povo português - que a sério nada conhecia do fabuloso e mágico Império - só tomará realmente consciência dos acontecimentos quando após as independências de Angola e Moçambique centenas de milhares de retornados invadem de súbito a pacífica e bonacheirona terra lusitana... Mas nesse momento era tarde para tudo, salvo para um sobressalto larvar, a princípio ambíguo, que ao longo dos anos e por culpa da Revolução vem envenenando, sub-reptícia mas eficazmente, a atmosfera política nacional. Tal como sucedera na ordem interna, a Revolução não soube a tempo e a horas convencer a IVação - o que se chama convencer - de que a Descolonização não só era fatal - embora se possam discutir as modalidades - mas a conclusão lógica da política absoluta e criminosa levada a cabo pelo regime de Salazar e de Marcelo Caetano. As consequências para a nova imagem de um Portugal que começa então a ter consciência retrospectiva de um traumatismo que em 1974-75 o não afetara, antes pelo contrário, e fora digerido como um ato positivo de exemplaridade, revelar-se-ão, pouco a pouco, particularmente perigosas. Serão suficientes para minar por dentro a possibilidade mesma de uma compreensão realista da nossa aventura histórica, tão insolitamente concluída enquanto potência colonizadora, ou até para impedir esse reajustamento não menos realista ao que, após esse fim, somos e teremos que ser? Nenhum povo pode viver em harmonia consigo mesmo sem uma imagem positiva de si. A Revolução de Abril restituiu ao cidadão português a plenitude dos direitos cívicos comuns às democracias ocidentais, operou uma mudança nas relações de força entre a antiga classe dirigente e possuidora e o povo trabalhador, mas não encontrou ainda aquele ponto de apoio que sem precisar de ter o odioso perfil de um nacionalismo chauvinista, paranoico e irrealista, corresponda ao sentimento de natural fruição da autonomia e da dignidade nacionais. Neste momento a coletividade nacional não vive Portugal como uma realidade histórica sustentada e animada por um sentimento de confiança e de

legítimo orgulho no seu destino particular. A atual imagem de Portugal aos olhos dos Portugueses aparece-lhe de novo, mau grado a insistência e a luta pela dignidade nacional, pela recuperação das suas possibilidades económicas, sociais e culturais, de molde a torná-lo um parceiro internacional à altura do seu longo passado, como eivada de estigmas e carências, cuja recordação pesa na nossa memória coletiva. De benjamins da esperança revolucionária aceitável para uma Europa em crise larvada, apenas há quatro anos, aproximamo-nos, se o não estamos já, da bem conhecida situação do homem doente da Europa. Na mera ordem política assistimos à espetacular e provocante saída dos túmulos bem calafetados de conhecidos responsáveis de uma Ordem que não pôde subsistir senão pelo esmagamento implacável da classe trabalhadora e da «legalização» da censura e da polícia secreta. Na ordem externa, acentua-se, cada dia que passa, a nossa estrutural dependência de nações ou grupos para quem a Revolução de Abril, mesmo mitigada, não é nem pode ser *persona grata*. Sob tão pouco exaltante pano de fundo terá chegado a hora de regresso de todos os fantasmas maléficos da nossa História que periodicamente nos visitam? Somos nós incuráveis, paradoxais geradores ou cogeneradores de povos e incapazes de construir um telhado duradouro para a nossa própria casa?

Desde o início, a Revolução cometeu uma falta que, esperamo-lo, não lhe seja fatal. Hipnotizada pelo puro combate ideológico - necessário, mas só vivido concretamente pela massa dos cidadãos politizados - a Revolução descurou em excesso o sentimento nacional, deixando à futura Direita, após a cómoda hibernação que lhe ofereceu, a sua exaltada e frenética exploração. É verdade que os valores de «pátria», «patriotismo», «sentimento nacional» pelo seu teor afetivo, de cariz irracional, não costumam ser reivindicados pela Esquerda. É um erro funesto. Nenhuma Revolução triunfou com argumentos meramente ideológicos. Só a conjugação do interesse nacional e do interesse social assegurou o sucesso das Revoluções que triunfaram ou deixaram após elas a sua marca indelével. Os soldados do Ano II, evocados por Victor Hugo, batiam-se como revolucionários e patriotas. É verdade que a ideia de pátria era então revolucionária e que a burguesia a degradou em seguida para serviço dos seus interesses específicos. Mas a ideia de Nação e o nacionalismo no seu sentido de radicação e consubstanciação com o interesse nacional, não só não são antagónicos do interesse revolucionário como lhe comunicam a sua força afetiva e a sua exigência ainda não superada por outro tipo de comunidade de mais concreta e íntima participação. Nos primeiros tempos a imagem de marca de uma Revolução límpida, acompanhada do fervor popular impôs-se à Europa e ao mundo com uma tal fulgurância que sob ela pudemos esconder, ou transcender e transfigurar através dela, a amputação

histórica objetiva que representou para nós o fim do império colonial. Após essa fase, devíamos ter encontrado num projeto nacional de vocação socialista realmente popular pela sua consubstanciação com os interesses vitais da comunidade aquilo que se perdera jogando num extremismo ideológico sem raízes fundas na tradição portuguesa, em suma, um sentido à altura de uma Nação carregada de recordações grandiosas e cicatrizes cruéis. Faltou-nos imaginação. Calçámos as pantufas dos reformados da História. Estamos vivendo ao ralenti e com a corda na garganta uma experiência democrática sem nenhuma das virtudes, que assinalaram a nossa passagem através do mundo. É certo que não fazemos ondas, e que nesse sentido, uma vez mais, agora sob o modo do democratismo mais inodoro e insípido, somos, como dizia Marcelo Caetano, «um oásis de paz», ou em termos lunares, um mar de tranquilidade. Felizes, o antigo mar da História banha sem paixão o promontório sacro, donde outrora investimos o Desconhecido para hoje ainda, por esse gesto, termos no silêncio expectante de uma memória que nos julga na sua luz imperecível um rosto e um nome que são os nossos por nós sermos deles.